

# PLANO DE GESTÃO

*2023 - 2024*



**TJPR**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARANÁ

# **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

## **Presidente**

Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen

## **Juízes Auxiliares**

MAGISTRATURA – Juiz de Direito César Ghizoni

MATÉRIAS JUDICIAIS - Juiz de Direito Marcos Vinícius Christo

CNJ – Juíza de Direito Fernanda Karam de Chueiri Sanches

PRECATÓRIOS - Juiz de Direito Antônio Franco Ferreira da Costa

## **Secretário do Tribunal de Justiça**

José Luiz Faria de Macedo Filho

## **Subsecretária do Tribunal de Justiça**

Maria Alice de Carvalho Panizzi

## **Diretora do Gabinete da Presidência**

Ana Carolina Mion Pilati do Vale



**TJPR**

2023/2024

## **CÚPULA ADMINISTRATIVA**

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

Leonel Júnior Pedralli

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

Moacir Carneiro Junior

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOCUMENTAL**

Fernando Scheidt Mäder

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO**

Igor Brayner dos Santos

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA**

André Luiz Massad

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Hélcio José Vidotti

### **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO**

Mariana da Costa Turra Brandão

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Rafael Coninck Teigão

### **DIRETOR DA ASSESSORIA DE RECURSOS**

Rafael Corrêa

### **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS**

Patricia Caetano

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO**

Vinícius Rodrigues Lopes

### **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Laís Lecinia Barboza

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AUDITORIA INTERNA**

Maurício Cardoso Segundo

# SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	5
INTRODUÇÃO.....	7
PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	9
PAUTA INSTITUCIONAL .....	14
PAUTA REMUNERATÓRIA .....	18
PAUTA JUDICIÁRIA.....	20
PAUTA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL .....	22
PAUTA DE SAÚDE .....	24
PAUTA ADMINISTRATIVA.....	26
PAUTA DE INFRAESTRUTURA .....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	32



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

*Com imensa satisfação, apresento aos nobres membros deste egrégio Tribunal de Justiça o plano de gestão que norteará as ações a serem realizadas no biênio 2023-2024.*

*Rendendo minhas homenagens aos eminentes presidentes que me antecederam, reconheço a importante responsabilidade que ora assumo e reafirmo meu compromisso de desempenhar esta gestão primando pelos valores da ética, honradez e supremacia do interesse público.*

*Trilharemos uma gestão compartilhada, respeitando as diferenças, pensando num Poder Judiciário unido e humano. A partir da vivência e experiências adquiridas ao longo da caminhada, buscaremos o estreitamento das relações com os demais poderes e instituições, objetivando garantir e ampliar a participação em decisões que nos afetem, visando a assegurar o respeito integral ao judiciário paranaense.*

*Conforme consignei em meu discurso de posse, durante este biênio, tudo faremos para reduzir, com rigor, a intolerância, a discriminação e a violência em suas múltiplas formas, já que uma democracia não evolui senão pela força do entendimento, do respeito, do diálogo e da diversidade, porque sem isso o indivíduo não se realiza, a família não se sustenta, a sociedade não produz, a cultura se desvia.*

*Portanto, os conclamo a juntos, de mãos dadas, magistrados, membros do Ministério Público, advogados, defensores, notários, registradores e servidores a realizarmos um profícuo trabalho em prol do bem comum e de toda a sociedade paranaense.*

**DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEM**

*Presidente do TJPR*

# INTRODUÇÃO

Para a manutenção dos avanços já conquistados por este egrégio Tribunal de Justiça, bem como para a modernização da gestão e construção do progresso que se almeja, torna-se indispensável a coordenação de objetivos e ações a serem executadas nos âmbitos estratégico e tático, por meio de um plano de gestão.

Nesse sentido, em 2009, o colendo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que todos os Tribunais pátrios elaborassem seus Planejamentos Estratégicos com base em Macrodesafios\*.

Para o Ciclo atual da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, a inovação apresentada pelo colendo CNJ é a determinação do alinhamento dos Planejamentos Estratégicos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e adoção de 32 Indicadores da Estratégia Nacional.

Sendo assim, para elaboração do Plano de Gestão do biênio 2023 - 2024, considerou-se aspectos importantes concernentes aos objetivos do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário (Ciclo 2021-2026), o qual reflete de maneira cuidadosa as demandas e necessidades da instituição, dos(as) Magistrados(as) e Servidores(as) e também da sociedade paranaense.

De forma transparente, objetiva e acessível, buscou-se registrar neste Plano de Gestão as ações a serem executadas ao longo do biênio 2023 – 2024, sem se excluir a flexibilidade para acolhimento de novos projetos e sugestões que apresentem relevância e prioridade.

\*<https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/estrategia-nacional-do-poder-judiciario-2021-2026/processo-de-formulacao/macrodesafios-2021-2026/>

# PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os valores expressados em cada ação pretendida por esta gestão não poderiam ser outros senão os do Poder Judiciário paranaense, reproduzidos abaixo:



Além dos valores do Poder Judiciário paranaense, as ações deste plano de gestão estão vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, descritos abaixo:



## 1. Erradicação da pobreza

Desenvolve produtos ou serviços que beneficiam e melhoram a qualidade de vida de grupos economicamente vulneráveis.

## 2. Fome zero e agricultura sustentável

Apoia pequenos produtores de alimentos e a agricultura familiar.

## 3. Saúde e Bem-estar

Incentiva comportamentos saudáveis entre seus públicos e melhora o acesso de seus colaboradores aos cuidados com a saúde.

## 4. Educação de qualidade

Assegura que os funcionários de suas operações diretas e da cadeia de fornecimento tenham acesso a treinamento profissional e oportunidades de aprendizagem.

## 5. Igualdade de Gênero

Trata mulheres e homens de forma justa, com oportunidades iguais de cresci-

mento profissional e equiparação de cargos e salários. Respeita e apoia os direitos humanos e combate toda e qualquer discriminação à diversidade.

## **6. Água potável e Saneamento**

Implanta estratégias de gestão da água que sejam ambientalmente sustentáveis e economicamente benéficas na região hidrográfica onde atua.

## **7. Energia Acessível e Limpa**

Aumenta sua eficiência energética, utiliza fontes renováveis e leva essas mesmas ações à sua cadeia de suprimentos.

## **8. Trabalho decente e crescimento econômico**

Garante condições de trabalho decente para funcionários em toda a sua operação e na cadeia de negócios e suprimentos. Cria empregos decentes e formais em setores intensivos em mão de obra. Educa e treina para o trabalho.

## **9. Indústria, Inovação e Infra-estrutura**

Investe em tecnologia para criar produtos, serviços e modelos de negócios que promovam uma infraestrutura sustentável, moderna e resiliente.

## **10. Redução das desigualdades**

Cria e implementa produtos, serviços e modelos de negócios que visam explicitamente às necessidades das populações desfavorecidas e marginalizadas. Desenvolve políticas de compras que beneficiam pequenas empresas da região em que atua.

## **11. Cidades e comunidades sustentáveis**

Pesquisa, desenvolve e implanta produtos e serviços que melhoram o acesso a edifícios resilientes, mobilidade eficiente, limpa e moderna e a espaços comuns verdes. Reflete sobre as melhores políticas de deslocamento e mobilidade de funcionários, bem como de produtos e matéria-prima, dentro do contexto urbano.

## **12. Consumo e produção responsáveis**

Desenvolve, implementa e compartilha soluções para rastrear e divulgar a procedência de seus produtos, informar o consumidor por meio de políticas de rotulagem e monitora a eficácia dessa ação buscando o desenvolvimento da consciência ambiental e social na sociedade.

## **13. Ação contra a mudança global do clima**

Reduz substancialmente as emissões associadas às operações próprias e às da cadeia de suprimentos, em alinhamento com os mecanismos de regulação climática.

## **14. Vida na água**

Pesquisa, desenvolve e implementa produtos, serviços e modelos de negócios que eliminam impactos nos ecossistemas oceânicos e colaboram para sua restauração.

## **15. Vida terrestre**

Implementa políticas e práticas para proteger os ecossistemas naturais que são afetados por suas atividades e pelas ações de sua cadeia de suprimentos. Investe em pesquisa e tecnologia para o desenvolvimento de produtos, embalagens biodegradáveis, proporcionando assim uma mudança na própria indústria.

## **16. Paz, justiça e instituições eficazes**

Identifica e toma medidas eficazes contra a corrupção e a violência, nas suas próprias operações e nas de sua cadeia de abastecimento.

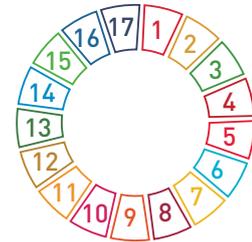
## **17. Parcerias e meios de implementação**

Atua em conjunto com o governo e sociedade civil em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

# PAUTA INSTITUCIONAL



Fomentar ações relacionadas à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio dos seus 10 Princípios Universais e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), observando o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça para o sexênio 2021-2026;



Promover aproximação do nosso Tribunal de Justiça com o colendo Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores e o Conselho Nacional de Justiça, utilizando um amplo feixe de ações institucionais, de modo a sermos ouvidos previamente a respeito de temas do interesse;



Buscar aproximação institucional com os demais Poderes do Estado de modo harmônico e independente;



Promover ações visando a valorização da magistratura e sua defesa institucional;



Ampliar o apoio à Ejud-PR (Escola Judicial do Paraná) e EMAP (Escola da Magistratura do Paraná) nas ações de aprimoramento e capacitações de magistrados e servidores e implementar a residência jurídica, conforme preconizado pela resolução CNJ 439;





Estabelecer ampla interação cooperativa com a AMAPAR (Associação dos Magistrados do Paraná) e a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros);



Assegurar a continuidade de projetos e divulgar boas práticas que acontecem no Tribunal e nas Comarcas do Estado, contando sempre com a colaboração de todos e o respeito à impessoalidade;



Criar o Núcleo de Resolução de Conflitos Internos e ampliar a utilização de métodos autocompositivos e de justiça restaurativa, no âmbito administrativo e jurisdicional;



Impulsionar os trabalhos do Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ) que tem por missão a análise dos dados que geramos para fim de aprimorar nossas políticas institucionais, realizando convênios com instituições de ensino e de pesquisa;



Implementar o Conselho de Ex-Presidentes, o qual se reunirá por provocação da Presidência do Tribunal e terá como finalidade auxiliar na tomada de decisões em casos de relevo e importância;





Atualizar o portfólio de projetos, com a criação de uma Prateleira Virtual de Projetos Institucionais, com facilitação de acesso às informações e a seus gestores estratégicos, visando a disseminação em Comarcas de nosso Estado;



Aprimorar a liturgia e os protocolos de cerimônias oficiais, por meio de capacitação e parcerias institucionais;



Profissionalizar a área de comunicação institucional do TJPR, ampliando os recursos humanos e tecnológicos, padronizando a comunicação interna e externa e facilitando o contato do jurisdicionado com as informações institucionais;



Criar o Anuário Judiciário do TJPR, com decisões paradigmáticas de interesse da comunidade jurídica em geral;



Apoiar integralmente as ações sociais que visem ao enfrentamento da violência, em todas as suas formas, em especial contra as mulheres.



# PAUTA REMUNERATÓRIA



Assegurar melhorias salariais para magistrados(as) e servidores(as), ativos(as) e inativos(as), mediante ações que viabilizem a devida recomposição remuneratória e adequação dos benefícios;



Incluir no planejamento orçamentário a equalização de vantagens pessoais, com o pagamento mensal de valores acumulados, criando previsibilidade de recursos para o Departamento Econômico Financeiro e para magistrados(as) e servidores(as);



Valorizar a estrutura de gabinete dos(as) Desembargadores(as), Substitutos(as) em Segundo Grau e de Juízes(as) de Direito, com incremento da remuneração de Cargo em comissão ou de Função Gratificada.



# PAUTA JUDICIÁRIA



Reforçar a atenção à atividade final do Poder Judiciário, ou seja, a prestação jurisdicional, passando pelo aprofundamento dos estudos, com vistas à equalização do volume de trabalho e à melhor distribuição processual;



Aperfeiçoar os sistemas de informática, inclusive do processo eletrônico – que já é um dos melhores existentes – proporcionando a operabilidade através de dispositivos móveis (smartphones), possibilitando uma prestação jurisdicional mais célere e acessível;



Aumentar os investimentos para melhoria contínua de equipamentos e sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), bem como a disponibilidade de suporte e serviços aos(as) magistrados(as), ampliando a qualidade do atendimento e da prestação dos serviços internos.



# PAUTA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL



Integrar as políticas do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional com a área de Segurança Pública do Estado do Paraná;



Fomentar a capacitação de magistrados(as) e servidores(as) na área de inteligência e Segurança Institucional, mediante parcerias com órgãos e instituições de inteligência e segurança nacionais, no intuito de garantir o bem-estar e a segurança física de todos;



Aprimorar o protocolo de segurança interna das unidades judiciárias, em especial do nosso Tribunal.



# PAUTA DE SAÚDE



Incentivar práticas de saúde e bem-estar em atenção aos indicadores do planejamento estratégico institucional, buscando ampliar a qualidade de vida de magistrados (as) e servidores (as);



Investir em recursos humanos e tecnológicos, de modo a ampliar o atendimento do Centro de Assistência Médica e Social do TJPR (CAMS);



Instituir parcerias relacionadas à prática desportiva e terapêuticas em todo o Estado, com atenção especial às atividades laborais;



Desenvolver programas relacionados à saúde mental de magistrados (as) e servidores (as), alinhando expectativas de qualidade de vida e evolução profissional.



# PAUTA ADMINISTRATIVA



Instalar a Coordenação Administrativa Interna do Tribunal, gerida por um(a) Desembargador(a) e vinculada à Presidência, com a finalidade de acompanhar e supervisionar projetos do Tribunal, atuando em parceria com a Cúpula Administrativa, decentralizando as funções burocráticas;



Manter e ampliar a supervisão de alguns departamentos do Tribunal, indicando Desembargadores(as) para atuarem diretamente com os(as) diretores(as), em parceria, tornando a tomada de decisões mais célere e efetiva;



Melhorar a estrutura do Escritório Corporativo de Projetos, no Departamento de Planejamento, para a efetiva padronização de acompanhamento dos projetos em andamento;

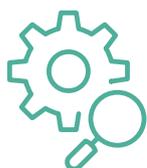


Fomentar a contínua troca de experiências entre o nosso Tribunal e as demais Cortes Estaduais, repassando e absorvendo práticas exitosas, diminuindo assim o retrabalho institucional;





Criar um ambiente de gestão participativa, democrática e baseada nos princípios de governança corporativa, cumprindo o artigo 37, da nossa Constituição Federal, e garantindo a autonomia institucional;



Aprimorar o sistema de integridade no âmbito do Poder Judiciário Estadual, em atenção à Resolução nº 410/2021, do Colendo CNJ, destinado à prevenção, à detecção e à punição de fraudes e demais irregularidades, bem como à correção das falhas sistêmicas identificadas;



Ampliar o Programa de Gestão da Inovação do Judiciário Estadual, através do Ateliê de Inovação, com abordagens e metodologias ágeis utilizadas na iniciativa privada e no setor público para a melhoria da prestação jurisdicional.



# PAUTA DE INFRAESTRUTURA



Reavaliar o padrão construtivo e de utilização das unidades jurisdicionais e administrativas, ampliando a utilização de espaços colaborativos e adequados à era digital;



Aprimorar equipamentos e plataformas virtuais de comunicação para realização de atividades administrativas e jurisdicionais, em alinhamento às políticas corporativas e de segurança da informação;



Iniciar projetos e obras para viabilizar a construção de um espaço multiuso com auditório, salas de reunião e salas de comissões permanentes e eventuais, preferencialmente anexo ao Palácio da Justiça.





Expandir no Estado pontos de inclusão digital, conforme preconiza a Recomendação nº 130/2022 do colendo CNJ, em municípios distantes da sede da Comarca, com o objetivo de facilitar o acesso à informação jurisdicional e à participação em atos judiciais;



Implementar esforços para concluir o projeto da usina fotovoltaica de Campo Mourão e iniciar novos que visem a diminuição de gastos e a sustentabilidade energética, estabelecendo a meta de ser o TJPR o primeiro Tribunal do Brasil com emissão zero de carbono.



Reativar o restaurante do Tribunal, buscando parcerias com mais de um prestador de serviços.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Poder Judiciário que se apresenta hoje é fruto da construção conjunta de cada magistrado(a), servidor(a), prestadores(as) de serviços terceirizado e de toda a sociedade paranaense. Pois apenas por meio do envolvimento e compromisso das pessoas é que se viabiliza a transformação de qualquer planejamento em realidade.

Sendo assim, ressaltamos a importância e valorização desta gestão aos que contribuem para a constante modernização do Poder Judiciário paranaense e que fortalecem a certeza de que juntos podemos alcançar a excelência em todos os aspectos esperados pela sociedade.

### **COORDENAÇÃO**

Presidente Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen  
Diretora do Gabinete da Presidência Ana Carolina Mion Pilati do Vale

### **ELABORAÇÃO E REVISÃO**

Servidora Aline Teles dos Santos

### **DIAGRAMAÇÃO**

Meline D'Agnoluzzo Zortéa



**TJPR**

2023/2024

